DO ARQUIVO ESCOLAR À ESCRITA DA HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA CONFESSIONAL CATÓLICA FEMININA DO INTERIOR PAULISTA (1918-1961)

Alessandra Cristina Furtado[1]

Resumo: Os arquivos escolares e seus documentos têm alcançado importância e visibilidade na pesquisa sobre a história das instituições educativas. O presente artigo tem como objetivo discutir as possibilidades e os limites que os documentos do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, oferecem para a escrita da história desta instituição feminina católica, no período de 1918 a 1961. O recorte temporal corresponde a momentos significativos da história do Colégio, da História da Educação e da Política Educacional Brasileira. Este trabalho orienta-se na perspectiva de análise da Nova História Cultural que, como vertente interpretativa, vem marcando a produção historiográfica educacional contemporânea. A metodologia utilizada é caracterizada como uma pesquisa documental, uma vez que, na investigação empreendida no arquivo do colégio, foi possível localizar uma documentação importante para o estudo da história desta instituição e de sua cultura escolar. Apesar de a documentação desse arquivo fornecer elementos importantes para esta pesquisa, ela apresenta limites para a organização e construção dessa história institucional.
Palavras-chave: Arquivo Escolar; Documentos; História das Instituições Escolares; Educação Feminina Católica.

DESDE EL ARCHIVO ESCOLAR A LA ESCRITA DE LA HISTORIA DE LA INSTITUCIÓN EDUCATIVA CONFESIONAL CATÓLICA FEMENINA DEL INTERIOR DE SÃO PAULO (1918-1961)

Resumen: Los archivos escolares y sus documentos han alcanzado importancia y visibilidad en la investigación sobre la historia de las instituciones educativas. El presente artículo tiene como objetivo discutir las posibilidades y los límites que los documentos del archivo del Colegio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, ofrecen para la escrita de la historia de ésta institución femenina católica, en el período de 1918 a 1961. El marco temporal corresponde a momentos significativos de la historia del Colegio, de la Historia de la Educación y de la Política Educativa Brasileña. Este trabajo se orienta en la perspectiva de análisis de la Nueva Historia Cultural que, como vertiente interpretativa, viene marcando la producción historiográfica educativa contemporánea. La metodología utilizada es caracterizada como una investigación documental, ya que en la investigación emprendida en el archivo del colegio, fue posible localizar una documentación importante para el estudio de la historia de esta institución y de su cultura escolar. A pesar de que la documentación de este archivo proporciona elementos importantes para esta investigación sobre la historia de esa

[1] Doutora em Educação em pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestre em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP/Campus de Franca. Licenciada e Bacharel em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP/Campus de Franca. Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Campus de Dourados. E-mail: alessandra_furtad@yahoo.com.br.

institución educativa confesional católica femenina del interior de São Paulo, la misma presenta límites para la organización y construcción de esa historia institucional.
Palabras clave: Archivo Escolar. Documentos. Historia de las Instituciones Escolares. Educación Femenina Católica.

FROM THE HISTORICAL DOCUMENTS TO THE HISTORY WRITING OF THE CONFESSIONAL FEMALE CATHOLIC EDUCATIONAL INSTITUTION IN THE INTERIOR OF SAO PAULO STATE (1918-1961)

Abstract: In recent years, school archives and primary source documents have been widely used in Historical Studies in Education, increasing their visibility among the research community. This paper aims to examine the possibilities and the limitations of using these archival documents of the Colegio Nossa Senhora Auxiliadora of Ribeirao Preto to write the history of this Catholic Female Institution covering the period 1918 to 1961. Within this timeframe, a range of events and dates are identified as significant moments in the History of this School, in the History of Education, and in Educational Policy in Brazil. This study focuses on the perspective of the analysis of the New Cultural History that contribute to the new research approaches and perspectives, and evaluates conceptual aspects highlighting the production of the contemporary educational historiography. An extensive research has been carried out in primary source documents to enable the access to historically significant archival materials used in the assessment of the history of this institution and its culture. Although the archival documents provide important elements for research on the history of this Confessional Female Catholic Educational Institution in the interior of São Paulo State, there are some limitations for the organizations and the production of this institutional history.
Keywords: School Archives; Documents; History of School Institutions; Catholic Female Education.

INTRODUÇÃO

Os arquivos escolares oferecem importantes contribuições para a organização e construção da história e da memória da educação (BONATO, 2005, 2002, VIDAL, 2004, 2005a, GONÇALVES, 2005, MOGARRO, 2006, 2005a), trazendo informações significativas sobre o funcionamento das instituições de ensino e enriquecendo o conhecimento sobre questões educacionais do passado. Na perspectiva das pesquisas sobre os arquivos escolares e suas contribuições para a construção da história e da memória da educação, mais especificamente, no caso, da história das instituições escolares, o presente artigo emerge com o objetivo de discutir as possibilidades e os limites que os documentos do arquivo do Colégio

Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, oferecem para a escrita da história desta instituição feminina católica, no período de 1918 a 1961.

O recorte temporal entre 1918 e 1961 corresponde a momentos significativos da história do Colégio, da História da Educação e da Política Educacional Brasileira. O ano de 1918, por marcar a data de instalação do colégio, pela ala feminina da Ordem Italiana dos Salesianos, as Filhas de Maria Auxiliadora. E o início da década de 1960, mais precisamente o ano de 1961, por sinalizar o período de implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a Lei n.4.024/61 –, que trouxe algumas modificações no funcionamento do Colégio, estabelecendo uma nova organização de ensino, dentre elas, por exemplo, alterações no currículo dos cursos.

A discussão proposta neste artigo está aliada a uma abordagem ligada a um referencial teórico voltado para a História, História da Educação, dentre outros. A pesquisa se orienta na perspectiva da Nova História Cultural, que, como vertente interpretativa, vem marcando a produção historiográfica educacional contemporânea. A metodologia utilizada é caracterizada como uma pesquisa documental, uma vez que a investigação empreendida debruça-se sobre a documentação escolar guardada no arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto – SP.

O presente artigo encontra-se estruturado em três partes: a primeira versa sobre a história das instituições escolares na pesquisa em História da Educação; a segunda parte aborda os arquivos escolares e a pesquisa sobre a história das instituições escolares; e a terceira parte discute as possibilidades e limites dos documentos do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, para a escrita da história desta instituição educativa confessional católica feminina.

A História das Instituições Educativas na Pesquisa em História da Educação

Pesquisas sobre as instituições escolares foram desenvolvidas a partir da década de 1960, especialmente na Europa, com impactos consideráveis na pesquisa brasileira nessa área (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005). A esse respeito, o teórico português da história das instituições educacionais, Justino Magalhães (1996), assinala que nos últimos anos, no contexto da História da Educação, a abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação. "Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das

problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas" (MAGALHÃES, 1996, p.1).

Nessa mesma direção, em outro texto, Magalhães (1998) aponta que essa renovação tem operado uma profunda alteração metodológica, pois a narrativa de natureza cronística e memorialística busca, a partir desse novo quadro de estudos, "se contrapor com base de informação arquivística, sob heurística e uma hermenêutica complexas, problematizantes e centradas na instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1998, p.61), pois é difícil explicar a história da educação considerando apenas dimensões isoladas, sejam elas as políticas, as institucionais, os saberes pedagógicos ou as ideias pedagógicas. Por tal motivo, é primordial articular todos esses aspectos, frisando que o recorte histórico que o pesquisador realiza, evidentemente, focaliza uns desses aspectos, porém leva em consideração a relação dialética entre o singular e o universal.

É conveniente enfatizar aqui que, no capítulo "Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à da instalação dos cursos de Pós-graduação", Tanuri (2005) registra que já havia, entre as décadas de 1960 e 1970, pesquisas acerca da história de instituições de ensino, como os estudos de Carrato (1963; 1968) e Bauab (1972).

José Ferreira Carrato foi um dos poucos historiadores da década de 1960 que se dedicaram à história cultural e educacional. Em 1961, apresentou sua tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça, intitulada "As Minas Gerais e os primórdios do Caraça", que resultou em um livro publicado em 1963, pela editora Nacional. Em 1968, publicou o livro "Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais".

Em outra perspectiva de estudo da história das instituições de ensino, Maria Aparecida Rocha Bauab, em tese de doutoramento na área de Educação, analisou as dificuldades de implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo.

Apesar dos estudos empreendidos por Carrato (1963; 1968) e Bauab (1972), é preciso considerar que, nas décadas de 1970 e 1980, ainda prevalecia na produção historiográfica a quase ausência de produções vinculadas ao tema instituições escolares, uma vez que, quando a temática aparecia, o objetivo, na maioria das vezes, conforme apontam Nosella e Buffa (2008, p.15), em seus estudos acerca da história das instituições escolares que "era um pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral".

Convém considerar aqui que, no Brasil, as pesquisas sobre a história das instituições de ensino desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, influenciados pelas novas

correntes historiográficas, especialmente pela Nova História Cultural. As pesquisas em História da Educação, anteriores à década de 1990, privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas, muito pouco se referiam às práticas escolares, aos alunos e alunas, aos professores e professoras. De acordo com Lopes e Galvão (2001, p. 30), algumas pesquisas "tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro". Para as autoras, tais pesquisas acabavam por tratar de um passado educacional que expressa ou até mesmo expressava um desejo, mas não uma realidade ou aspecto dela.

Na década de 1990, outro cenário passou a se configurar na historiografia educacional brasileira, uma vez que muitos pesquisadores da área passaram a questionar as temáticas tidas como legítimas nos anos de 1970 e 1980, ao criticarem os estudos sobre sociedade e educação, os quais não conseguiam abarcar a complexidade e diversidade dos temas investigados. De fato, pode-se dizer que tais circunstâncias fizeram com que os pesquisadores da área de História da Educação passassem a se dedicar a outra proposta de estudo voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares. É justamente nesse contexto marcado por mudanças e renovações que temas como a história das instituições escolares, cultura escolar, história das disciplinas escolares, entre outras, emergem como temas privilegiados e valorizados na historiografia educacional.

O rompimento com as velhas tradições de pesquisa, a abordagem de novas temáticas e objetos, e de construção de novas modalidades interpretativas, as investigações acerca das instituições escolares ganharam espaço na historiografia educacional brasileira. A partir dos anos de 1990, a instituição de ensino no campo da pesquisa em História da Educação passou a ser observada sob outro ângulo. Isso fez com que as investigações sobre as instituições de ensino passassem a deslocar o olhar dos pesquisadores para seu interior, buscando compreender, entre alguns aspectos, os saberes corporificados nos planos de ensino, livros didáticos, falas dos professores e diversas práticas disciplinares etc. No entanto, esse conjunto de informações, na maioria das vezes, só pode ser encontrado nos documentos contidos na própria instituição de ensino e, muitas vezes, guardado ou depositado nos arquivos das escolas. Em linhas gerais, pode-se dizer que tais razões acabaram favorecendo mudanças na forma de praticar e até mesmo escrever a História da Educação.

É oportuno considerar que as pesquisas acerca das instituições de ensino ganharam espaço na historiografia educacional brasileira em especial a partir dos anos de 1990, no Brasil, influenciadas pelas novas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa,

especialmente pela Nova História Cultural. Neste sentido, vale tecer alguns esclarecimentos acerca da Nova História Cultural.

A Nova História Cultural estendeu o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. Passou a buscar a "investigação da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres" (HUNT, 1992, p.2). Com o impacto desses novos olhares na historiografia, "os objetos da história não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos" (CHARTIER, 1990, p.102).

Para Lynn Hunt, as inovações no domínio da história não significaram "simplesmente a proposta de um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos" (HUNT, 1992, p.13), que levaram os historiadores a perceber que as relações culturais são tão importantes quanto as sociais e econômicas e que estas não determinam os aspectos referentes à cultura. Dessa maneira, a Nova História Cultural surgiu *"*da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros" (CHARTIER, 1990, p.14). Nesse quadro de transformações, novos problemas, objetos, temas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, centrada em novos domínios, que passaram a

> penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise — como gênero —, e recortar temas — como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita —, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (CARVALHO, 1998, p.32).

A influência da Nova História Cultural no campo de estudo da História da Educação fez com que as os pesquisadores desta área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, isto é, uma proposta voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares, incluindo a história das instituições escolares. No entender de Gatti Júnior, as investigações realizadas no campo da história das instituições educacionais e da história das disciplinas "são a ponta-de-lança da possibilidade de escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e singularidades locais e institucionais" (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 21-2).

Essas circunstâncias permitem evidenciar a importância que os arquivos escolares vêm alcançado nos novos caminhos da pesquisa em História da Educação. Como bem sublinha Mogarro (2005a), esses arquivos ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar.

Os arquivos escolares e a pesquisa sobre a história das instituições escolares

Os arquivos escolares e os seus documentos têm adquirido uma importância crescente na pesquisa em História da Educação. A esse respeito, Vidal (2005a, p. 71) aponta:

> Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.

Essas considerações feitas por Vidal (2005a) esclarecem a relevância dos arquivos escolares para a pesquisa em História da Educação, nos últimos anos, e possibilitam refletir sobre a importância da preservação e a conservação da documentação neles depositada.

As instituições de ensino são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo (MOGARRO, 2006). No plano histórico, segundo Magalhães (1998, p.61), uma instituição educativa "é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro (s), (pessoais), através de expectativas institucionais".

Com vistas à complexidade da estrutura da instituição de ensino posta por Mogarro (2006) e à abrangência desta instituição no plano histórico, de acordo com Magalhães (1998, p.61), vale a pena entender como é construída a sua história: é uma "história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projecto pedagógico".

Nas instituições de ensino, os arquivos escolares constituem o repositório dos documentos de informação que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento. Essa condição acaba por atribuir a esses arquivos uma importância acrescida nos novos

caminhos da investigação em educação, sobretudo na área de História da Educação, que colocam essas instituições, como sublinha a autora portuguesa Mogarro (2005b, p.77), "numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens.

As instituições de ensino com os seus respectivos acervos motivam profundas preocupações relativas à salvaguarda e preservação dos seus documentos, uma vez que estes constituem instrumentos fundamentais para a história da escola e construção da memória. Como chamaram a atenção Nunes e Carvalho (1992, p. 30), na 15ª Reunião Anual da Anped, ocorrida em 1992, em Caxambu/MG: "a compreensão crítica da trajetória da educação no nosso país fica comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, mas também pela ausência de uso de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa".

Os arquivos escolares com a sua documentação têm papel fundamental no processo de pesquisa, organização e conservação do patrimônio cultural da escola. Entretanto, a falta de interesse pela preservação dos arquivos escolares e a falta de entendimento da importância do uso das fontes desses lugares para a pesquisa em História da Educação e, mais precisamente, para a pesquisa sobre a história das instituições de ensino têm se tornado uma preocupação para os estudiosos da área. Para as pesquisadoras brasileiras Hilsdorf e Vidal (2004, p. 179), a ausência de políticas institucionais de preservação e organização de fontes "é responsável por uma das mais sérias dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de história da educação, principalmente se considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo".

As instituições de ensino e seus atores produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Porém, as instituições de ensino, ao longo dos tempos e de acordo com a sociedade na qual se inserem, modificam sua feição. Neste aspecto, vale lembrar Hobsbawm (1998, p.22), "que o problema para os historiadores é analisar a natureza desse 'sentido do passado' na sociedade e localizar suas mudanças e transformações", pois a história permite ver que a escola, em diversos aspectos, também tem sofrido transformações, embora pareça manter inalterados alguns de seus elementos.

Sem dúvida, as instituições de ensino constituem, independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. Elas se apresentam como espaços portadores de fontes de informações

fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, consequentemente, da História da Educação.

Tendo em vista que as instituições de ensino se apresentam como espaços portadores de fontes de informações, pode-se dizer, então, que os arquivos se constituem no repositório dos documentos de informação que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), arquivo é definido como um "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte". Já no caso dos arquivos escolares, Bonato (2002, p.3) registra que eles se constituem em acervos arquivísticos, contendo diversas espécies documentais que são fontes de pesquisa, pois "são espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas". A esse respeito, vale a pena lembrar Nora (1993, p. 13): "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais".

Nos arquivos escolares encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória "perdida", esquecida, porém uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição de ensino a qual pertence e identificada com a sua época.

Apesar da importância dos arquivos escolares enquanto espaços portadores da memória e, ainda, de a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) ter passado a exigir das instituições de ensino a organização de um arquivo para a conservação de seus documentos (RIBEIRO, 1992), muitas escolas ainda não se preocupam em preservar os arquivos e nem mesmo salvaguardar os registros documentais. Como explica Zaia (2003), a ideia de que os arquivos públicos representam "lugares da memória", posta no século XIX, ainda não chegou às escolas, que permanecem pouco atentas à historicidade de suas práticas. Além disso, as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis administrativamente pela maioria destas instituições, também não assumiram uma política de guarda e preservação.

Na maior parte dos prédios escolares, até hoje, é comum encontrar documentos abrigados e guardados em porões úmidos ou salas apertadas. É diante dessas circunstâncias

que nos arquivos escolares se encontram registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória "perdida", esquecida, uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição de ensino à qual pertence e identificada com sua época.

Nos arquivos escolares, os documentos depositados estão, geralmente, no silêncio desses locais e aí permanecem até a chegada dos pesquisadores, que devem proceder com "uma avaliação da sua pertinência para o processo de investigação, em função dos problemas previamente formulados" (MOGARRO, 2005a, p. 38). Segundo a autora, os fundos desses arquivos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, organizados em livros, dossiê e avulsos, produzidos pelos atores educativos e pela própria instituição, no que tange às atividades cotidianas, podendo abrigar documentos de valor inestimável, como relatórios dos administradores da educação, listas de matrículas, prontuários de alunos e professores, fotografias, entre outros (MOGARRO, 2005a). Desse modo, o arquivo escolar "pode fornecer elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere)" (VIDAL, 2005b, p.24).

O arquivo constitui um núcleo duro da informação sobre a escola, "ao corresponder a um conjunto homogêneo e ocupar um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizados para reconstruir o itinerário da instituição escolar" (MOGARRO, 2005b, p. 77). Tal aspecto permite reafirmar as colocações de Magalhães, isto é, a trajetória da instituição escolar é construída "da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória" (1998, p.61). Neste contexto, os documentos ali depositados constituem fontes que atestam os relatos da memória e se tornam imprescindíveis à pesquisa histórica, e, sob o olhar de pesquisadores em História da Educação, eles se tornam fontes fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da história das instituições escolares, da cultura escolar etc.

Mesmo com todas as dificuldades de acesso e conservação dos documentos, os pesquisadores da área de História da Educação, nos últimos anos, vão vencendo os desafios e se lançando, cada vez mais, na tarefa de construir estudos históricos sobre os arquivos escolares e a história das instituições escolares.

O Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto: possibilidades e limites de seus documentos para a escrita desta instituição educativa confessional católica feminina

A pesquisa e a escrita da história das instituições de ensino são facilitadas quando a escola mantém o seu arquivo histórico organizado. No prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Ribeirão Preto, há um espaço destinado ao arquivo ligado à secretaria da escola. As instalações do arquivo desse Colégio, de modo geral, estão em boas condições de uso, pois se apresentam limpas e arejadas. Uma parte do material de seu acervo encontra-se guardada em caixas de arquivo de papelão, outras empilhadas em vários montinhos de documentos, amarradas com barbante. Esse material encontra-se depositado em prateleiras de madeira e dentro de armários de aço, o que de certa forma lhe garantiu uma conservação razoável. Um dado que merece ser destacado é que a direção e também outros funcionários da instituição (secretárias, bibliotecárias), ao longo de sua trajetória, tiveram e ainda continuam tendo a preocupação com a guarda, conservação e preservação dos documentos que dizem respeito ao seu funcionamento.

Apesar disso, o colégio não possui um profissional especializado para trabalhar com a documentação depositada no arquivo. Na maioria das vezes, esse trabalho é realizado pelas funcionárias da própria secretaria da instituição. Ressalte-se que a falta de recursos e de mão de obra especializada são fatos que não podem ser desprezados no trato da documentação, a fim de se evitar o manuseio inadequado e a ação de fatores extrínsecos, como agentes físicos e biológicos: temperatura e umidade, poluentes atmosféricos, presença de insetos, fungos, anóbios, traças, exposição à poeira, problemas detectados nessa documentação, que são causas do processo de destruição.

Nesse arquivo não há qualquer instrumento de pesquisa, como guias, catálogos, índices, inventários, repertórios, tabelas de equivalência, entre outros produzidos acerca da sua documentação depositada em suas prateleiras. De fato, a busca pela documentação deve ser feita diretamente pelo pesquisador.

Ao vasculhar o arquivo do Colégio, ficou claro que seria possível recuperar alguns documentos relacionados ao funcionamento dessa instituição de ensino e de sua cultura escolar. O processo de investigação foi realizado de maneira sistemática, exigindo um trabalho minucioso de coleta e de organização dos documentos depositados nas prateleiras e nos armários de aço do arquivo, situado no porão, um espaço conhecido na escola como arquivo "morto". Para Sólis (1992), a denominação arquivo morto significa uma velha e

incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade.

A investigação empreendida no arquivo escolar permitiu localizar uma variedade de documentos, de diferentes naturezas, de caráter histórico, administrativo e pedagógico, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Relação de documentos guardados no Arquivo do Colégio "Auxiliadora" (1918-1961)
Relatórios dos Inspetores da Diretoria Geral do Ensino.
Livros de Matrícula
Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente.
Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952).
Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames.
Livros de Atas e Reuniões
Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora.
Ofícios
Cartas
Álbuns de Fotografias, entre outras.

Quadro 1 – Documentos guardados no Arquivo do Colégio, entre 1918 e 1961
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos encontrados no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto

De acordo com os documentos depositados no Arquivo do Colégio "Auxiliadora", pode-se verificar, como aponta Mogarro (2005a), que os fundos estão constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, organizados em livros, dossiê e avulsos, produzidos pelos atores educativos e pela própria instituição, no que tange às atividades cotidianas.

Com o intuito de oferecer mais visibilidade à documentação localizada nos fundos documentais do Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi organizado o quadro a seguir para demonstrar as possibilidades investigativas que os documentos encontrados oferecem para a pesquisa sobre a história da instituição educativa confessional católica feminina de Ribeirão Preto.

Os documentos do arquivo do Colégio "Auxiliadora" e suas possibilidades investigativas
1 - Relatórios dos Inspetores da Diretoria Geral do Ensino possibilitam avaliar a organização administrativa e didático-pedagógica do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a respeito das instalações físicas, contratação de professores (as), execução dos programas, uso de materiais didáticos, metodologia do ensino empregada, disciplina escolar, descrição detalhada das visitas, festas de encerramento do ano letivo, comemorações cívicas e exames finais. Em determinados anos, em cumprimento às exigências da Diretoria Geral do Ensino, os relatórios trazem inventários da escola referindo-se ao mobiliário, material didático e livros escolares.
2 - Livros de Matrícula permitem caracterizar a clientela atendida pelo Colégio, ao longo dos anos, quanto à(s): nacionalidade, filiação, idade, condições socioeconômicas, profissão do Pai ou responsável e endereço residencial.
3 - Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente possibilitam caracterizar a relação dos professores (as) do Colégio, ao longo dos anos, bem como do processo de contratação do quadro docente.
4 - Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952) permite apreender o processo de instalação do Colégio, da organização dos cursos oferecidos pela instituição no período de 1944-1952 e da relação nominal dos primeiros professores (as) da instituição.
5 - Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames possibilitam identificar e compreender os procedimentos de avaliação e o número de aprovações e reprovações por classe/série dos cursos.
6 - Livros de Atas e Reuniões permitem avaliar as reuniões realizadas no Colégio para as instruções didático-pedagógicas com os inspetores de ensino.
7 - Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora permite compreender e avaliar o marco situacional, marco doutrinal e marco operacional (pedagógico) da congregação em relação às instituições de ensino.
8 - Ofícios possibilitam conhecer e analisar as reivindicações feitas pela direção do Colégio Auxiliadora ao poder público local e ao Secretário da Educação e Saúde Pública.
9 – Cartas possibilitam apreender e analisar as reivindicações feitas pela direção do Colégio Auxiliadora ao poder público local e ao Secretário da Educação e Saúde Pública
10 - Álbuns de Fotografias permitem identificar e analisar um variado número de documentos iconográficos da/sobre a escola, tais como fotos das turmas de alunas, do corpo docente, das religiosas, de sala de aulas, de aulas, de exposições escolares, do prédio escolar, de passeios, de festas e de Solenidades etc. Essas imagens permitem testemunhar o passado e nelas visualizar momentos marcantes da história do Colégio.

Quadro 2 – Documentos guardados no Arquivo do Colégio, entre 1918 e 1961
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos encontrados no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto

Os documentos expostos no quadro trazem dados importantes sobre a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1918 a 1961, pois revelam informações a respeito do processo de instalação do Colégio, da organização administrativa e didático-pedagógica, do perfil do corpo docente e discente, das disciplinas escolares que compunham o

currículo dos diferentes cursos, dos programas e conteúdos de ensino das disciplinas, do Projeto Educativo da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, das festividades escolares, entre outros dados. Tais informações possibilitam investigar a história desse colégio católico, criado para atender as mulheres nas primeiras décadas do século XX, bem como da cultura escolar presente em seu cotidiano.

Os dados do Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952), por exemplo, demonstraram que a instalação desse colégio católico visava atender tanto aos interesses da Igreja Católica local quanto aos anseios das elites cafeeiras e das classes médias emergentes, que desejavam uma formação educacional de qualidade para suas filhas, área de grande demanda na região de Ribeirão Preto. Outro importante fator de atração foi representado pelo número massivo de imigrantes italianos que radicaram na região de Ribeirão Preto, no final do século XIX, pois as Salesianas tinham interesse em instalar sua obra educativa e religiosa em localidades onde essa nacionalidade se aglutinava.

Esse Livro Histórico ainda revelou que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi oficialmente instalado em fevereiro de 1918, pelas religiosas Modesta Martinelli, Obliqui e Hortência Van Moerkerke, que chegaram em janeiro desse mesmo ano, em Ribeirão Preto, com o objetivo de criar uma escola para mulheres. Elas vieram com a "missão de servir, educar e instruir a juventude" e, para isso, contaram com o apoio do bispo diocesano, Dom Alberto Gonçalves, e do presidente da Câmara Municipal, Dr. João Meira Júnior, representante das elites política e econômica. O Colégio foi instalado em um vasto prédio, situado no centro da cidade de Ribeirão Preto, um local privilegiado por estar no centro urbano próximo da Praça XV de Novembro, da Prefeitura Municipal e da Catedral e outros monumentos arquitetônicos, símbolos da pujança econômica cafeeira regional da época.

As atividades do Colégio foram iniciadas apenas com o curso primário, contando somente com dez meninas matriculadas. Pouco dias depois, já possuía 14 alunas no curso e uma aluna de piano, conforme registra o Livro de Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, do ano de 1918. O ofício datado de 5 de junho do mesmo ano, encaminhado pela Diretoria Geral de Instrução Pública à direção do Colégio, regulamentou o funcionamento do Externato, sob a direção de Irmã Modesta Martinelli.

Inicialmente, o Colégio possuía apenas o externato; em 1925, implantou o internato; e em 1937, criou o curso ginasial. Entretanto, o curso ginasial somente recebeu reconhecimento sob regime de inspeção prévia pelo Decreto nº 11.489, de 3 de fevereiro de 1943. Os dados do Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952), dos Relatórios dos Inspetores da Diretoria Geral do Ensino (1918-1961), dos Ofícios e das Cartas evidenciaram que o antigo prédio do

Colégio foi ampliado em 1942 e ganhou uma nova arquitetura, que permanece ainda hoje. Essa ampliação possibilitou melhor funcionamento das atividades educacionais e administrativas; novos cursos foram instalados, entre eles o Curso Normal, o Técnico de Contabilidade e o Secretariado.

Já os dados dos Livros de Matrículas do Colégio revelaram que, com as novas instalações do prédio escolar e com a implantação dos cursos ginasial e profissionalizante, ocorreu um aumento significativo no quadro discente. Em 1943, por exemplo, o estabelecimento possuía 319 alunas distribuídas entre o curso primário e o curso secundário, sendo 115 alunas matriculadas no primário e 204 no secundário. No que diz respeito ao perfil socioeconômico do quadro discente, no período de 1918 a 1961, constatou-se que o internato privilegiava as elites, e o externato, as classes médias urbanas.

Os dados dos Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente (1918-1961) informaram que a grande maioria dos professores que formaram o quadro do Colégio eram religiosas da própria Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, pois eram poucos os professores leigos. Somente na década de 1940, com as novas instalações do prédio escolar e com a ampliação dos novos cursos, professores não religiosos e do sexo masculino foram contratados para ministrar aulas. Esses Livros ainda evidenciaram que apenas os professores leigos contratados possuíam uma formação educacional em nível superior: geralmente eram médicos que ministravam as disciplinas de Biologia e Ciências Naturais. A presença de religiosas com formação de nível superior no quadro de docentes era pequena, a grande maioria delas tinha formação apenas no Curso Normal.

Os Relatórios dos Inspetores da Diretoria Geral do Ensino possibilitaram compreender que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora oferecia às suas alunas, nos diferentes segmentos de ensino, um programa escolar amplo, detalhado, de caráter enciclopédico, cuja organização curricular e didática estava de acordo com o modelo estabelecido pelos decretos-leis. Além disso, foi possível constatar que a proposta educacional implantada no colégio estava intimamente ligada ao Sistema Preventivo. De acordo com o Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora, esse sistema se constituía na base pedagógica utilizada nas escolas pertencentes à Ordem Salesiana e à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

Segundo dados do Projeto Educativo das Filhas de Maria Auxiliadora, o Sistema Preventivo foi elaborado na Itália, pelo Padre João Bosco, no século XIX. Os princípios que norteiam a prática educativa de Dom Bosco constituem-se nos pilares da pedagogia salesiana. Os princípios ético-religiosos da pedagogia salesiana revelam que esse agir educativo é

norteado por três eixos principais: a razão (racionalidade); a religião (caridade transformadora) e a "*amorevolezza"*[2].

Os Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames, bem como os Livros de Pontos do Externato e do Internato, registraram que as alunas no Colégio "Auxiliadora" não eram avaliadas apenas por sua frequência às aulas e provas, mas "eram avaliadas semanalmente, quanto a sua civilidade, *lavoro*, ordem, aplicação e procedimento, onde no final de cada mês apura-se as menções obtidas e no término de cada ano estabelecia uma conclusão de todo o período" (LIVROS DE PONTOS DO EXTERNATO E DO INTERNATO).

De modo geral, os dados dos documentos guardados no Arquivo do Colégio "Auxiliadora" possibilitaram compreender que a história desse Colégio católico feminino, em Ribeirão Preto, se iniciou nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente em 1918, atendendo, principalmente, às meninas e jovens das classes médias no regime de externato e no internato as elites. Tinha uma proposta educacional baseada no Sistema Preventivo de Dom Bosco, visando preparar integralmente suas alunas, ao educá-las nos valores religiosos, morais e cívicos e ao instruí-las no conhecimento dos saberes escolares.

O conjunto de documentos levantado nos fundos documentais do arquivo escolar permitiu trazer informações sobre os conteúdos dos documentos e suas contribuições para a escrita da história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto.

Porém, cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade. Apesar da riqueza de informações da documentação, o pesquisador deve ficar atento, pois não pode se esquecer da necessidade de cruzar o conteúdo com o de outros documentos que poderão ser encontrados em diferentes locais de pesquisa, como arquivos públicos, centros de documentação, museus, acervos de Secretarias Estaduais de Educação, acervos pessoais de ex-alunos e antigos professores. Nesse aspecto, é preciso considerar que esse cruzamento acaba por imprimir certa complementaridade na documentação em análise. Isso permite reforçar que, na pesquisa sobre a história das instituições escolares, os documentos utilizados pelo pesquisador não podem ser apenas os provenientes de seus arquivos, uma vez que a relação entre os documentos e as investigações não é unívoca nem exclusiva (MOGARRO, 2005a).

Outro aspecto que merece ser salientado sobre os limites do uso de documentos é o fato de que o documento, como adverte Le Goff (1994, p.545),

[2] Este é o significado de "amorevolezza" encontrado no dicionário gramatical italiano. Por isto, não há uma tradução para este termo na Língua Portuguesa. Não obstante, há quem, muitas vezes, o traduza por amabilidade, por carinho, por bondade ou, até mesmo, por "amorabilidade".

> não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Como adverte Le Goff (1994), o documento não se fecha em si mesmo; ele está contextualizado e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material ou simbólica. Desse modo, o pesquisador deve ter sempre em mente que as fontes que utiliza são sempre produções humanas que podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. De acordo com Chartier (1990, p. 18), "os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias".

Com relação aos documentos encontrados no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Cartas, Livros de Atas e Reuniões, Ofícios, Relatórios dos Inspetores da Diretoria Geral do Ensino, entre outros), o pesquisador, ao analisá-los, deve considerar os motivos pelos quais esses documentos foram produzidos, as circunstâncias da produção e a relação dos autores com os órgãos da administração do ensino, com o Colégio e com a Congregação mantenedora.

Nesse sentido, cumpre lembrar também as formulações pensadas por Certeau (2010), para quem a análise historiográfica constitui um exercício de problematização do texto, já que o texto deve ser colocado em perspectiva em relação ao lugar de onde ele emerge, pois é o lugar de onde se fala que está no centro das discussões. Ao se debruçar sobre uma documentação, o pesquisador deve analisar o seu conteúdo, estando atento às representações que possam expressar o contexto do qual emergiram, tendo em vista que não se constituem em informações neutras das concepções e das ideologias predominantes da época. Assim, o trabalho com documentos deve constituir para o pesquisador um diálogo permeado de questões e de dúvidas.

Sem dúvida, o pesquisador não vai aos arquivos apenas para executar ações que lhe pareçam apropriadas na exploração dos documentos. A esse respeito, vale lembrar Certeau, quando diz que o historiador

> Trabalha de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras imagens, sons, etc.) que distinguem, no continuum do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma

> "ciência". Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele transporta de uma região da cultura (as "curiosidades", os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história) (CERTEAU, 2010, p. 79).

Desse modo, pode-se dizer que o trabalho do pesquisador é revestido de uma série de desafios, principalmente quando se trata do uso de fontes para a produção de conhecimentos. O pesquisador vai aos arquivos, coleta os documentos e opera sobre eles, transformando-os em fontes. Assim, esse material é transformado em História, pois essas fontes produzem conhecimento, por meio do trabalho da análise historiográfica.

Ainda que o pesquisador tenha como preocupação conhecer os fatos e tentar responder às necessidades para apreender uma realidade histórica, esse conhecimento não pode ser entendido como um dado definitivo e acabado, como registra Fávero (2009), pois se trata de um conhecimento em contínua aproximação do real, podendo ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos.

Mesmo observando essas recomendações em relação à documentação encontrada no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, é inegável o valor desses documentos, que, ao serem retirados dos mais diferentes lugares, permitem ao historiador transformá-los em fontes importantes para a história dessa instituição de ensino.

Diante de tais circunstâncias, pode-se dizer que a documentação do arquivo da referida escola apresenta possibilidades e limites para a pesquisa sobre a história desta instituição de ensino confessional católica feminina do interior paulista, fornecendo elementos significativos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela circularam e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu com o seu entorno.

Assim, nas instituições de ensino, os arquivos escolares constituem o repositório dos documentos de informação diretamente relacionados com o seu funcionamento e que tais documentos possibilitam reconstruir o itinerário da instituição de ensino. Constata-se que nem todas as escolas se preocupam com a preservação e conservação de sua documentação, pois ainda lhes falta uma cultura de valorização do material produzido na perspectiva de convertê-los, futuramente, em fontes históricas.

Conclui-se, assim, que a pesquisa e a escrita da história das instituições de ensino são facilitadas quando a escola mantém o seu arquivo histórico organizado. Fato esse que pode ser evidenciado nas condições em que foi encontrada a documentação do Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Mesmo não possuindo nenhum profissional especializado na área

de arquivo e nenhum instrumento de pesquisa para servir de guia para o pesquisador, o Colégio manteve a documentação em seu arquivo e teve a preocupação com a guarda, conservação e preservação dos documentos. Apesar disso, o pesquisador, ao construir a história da instituição escolar, deve estar atento às possibilidades e aos limites que os documentos do arquivo escolar oferecem para a escrita da história da instituição educativa.

Contudo, vale a pena finalizar este artigo registrando mais uma vez que as pesquisas acerca de arquivos escolares e de seus documentos, para o estudo e a escrita da história das instituições escolares, vêm ganhando força e espaço na História da Educação brasileira, juntamente com os novos objetos, fontes, problemas e desafios que a Nova História Cultural proporcionou a essa área do conhecimento, especialmente a partir dos anos de 1990.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística**. 2004. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2014.

BAUAB, M. A. R. **O Ensino Normal na Província de São Paulo1846-1889.** 1972. 289f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto, 1972.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação,** n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

_____. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais**...Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1, p. 97-109.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, C. P. et al. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CARRATO, J. F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

_____. **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**. São Paulo: Nacional, 1963.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

FÁVERO, M. L. O pesquisador e os desafios das fontes. In: MENDONÇA, A. W. C. P. M. et. al. **História da educação**: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Ed. da UFF, 2009.

GATTI JÚNIOR, D. ; PESSANHA, E. C. História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÙNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da Educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2014.

HILSDORF, M. L. S.; VIDAL, D. O centro de memória da educação USP: acervo documental e pesquisas em história da educação. In: MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, Memória, História**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, L. **Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: _____. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.535-553.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. e CATANI, D. B. (Org.) **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

_____. **Contributo para a história das instituições educativas**: ensino, memória e o arquivo. Braga-Portugal: Universidade do Minho, 1996 (mimeo).

MOGARRO, M. J. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo**: Revista de Ciências da Educação, n. 1, p. 71-84, 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt> Acesso em: 30 ago. 2011.

_____. Arquivos e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 75-99, jul./dez, 2005a.

_____. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr.,2005b.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A. V.; VECHIA, A. (Org.). **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo,v. 10, p.7-28, dez./1993.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da Educação e Fontes. **Anped***, 15 reunião Anual*. Caxambu/MG, 1992.

RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (Coord.). **Guia preliminar defontes para a história da educação brasileira**. Brasília: INEP, 1992.

SÓLIS, S. S. F. Documentos, fontes e arquivos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Memória e educação**. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 53-63. (Caderno de ensaios; 1).

TANURI, L. M. A Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação. In: MONARCHA, C. (Org.). **História da Educação Brasileira**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a.

_____. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005b. p. 3-30.

_____. A cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: **CD Rom Escola de Aplicação**: o Arquivo da Escola e Memória Escolar, 2004.

ZAIA, I. B. **A história da educação em risco**: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação da USP (1958-1985). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2003.

Recebido em 11-07-2014
Aprovado em 27-10-2014